

07/12/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 104.820 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. AYRES BRITTO
PACTE.(s)	: RAFAEL DE JESUS GREGÓRIO
IMPTE.(s)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

EMENTA: *HABEAS CORPUS. CRIME MILITAR. PECULATO-FURTO. MUNIÇÕES DE ARMAMENTO DE USO RESTRITO DAS FORÇAS ARMADAS. INAPLICABILIDADE DO POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.*

1. Para que se dê a incidência da norma penal, não basta a simples adequação formal do fato empírico ao tipo legal. É preciso que a conduta delituosa se contraponha, em substância, ao tipo penal em causa, sob pena de se provocar a desnecessária mobilização de u'a máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário consiste. Poder que não é de ser acionado para, afinal, não ter o que substancialmente tutelar.

2. Numa visão humanitária do Direito Penal, então, é de se prestigiar o princípio da insignificância, que, se bem aplicado, não chega a estimular a idéia de impunidade. Ao tempo que se verificam patentes a necessidade e a utilidade desse princípio da tolerância, é imprescindível que a sua aplicação se dê de maneira criteriosa, sempre tendo em conta a realidade brasileira, para evitar que a atuação estatal vá além dos limites do razoável na proteção do interesse público.

3. No caso, o paciente, sargento de munição e tiro de unidade militar, subtraiu munições de armamentos de uso restrito das Forças Armadas. Donde a impossibilidade de se acatar a tese da irrelevância jurídico-penal da conduta, não obstante a pouca expressividade financeira da avaliação dos bens subtraídos pelo militar. A lesividade da conduta protagonizada pelo paciente não é de ser aferida pelo valor econômico da coisa furtada; até mesmo em consideração à própria qualidade da relação jurídica entre o militar acusado e a instituição



HC 104.820 / SP

castrense da qual fazia parte por ocasião da atividade delituosa. Logo, ainda que o valor das munições apreendidas seja de pequena monta, obsta a pretensão defensiva o fato de que o delito em causa não se constitui, apenas, em lesão de cunho patrimonial. É modalidade delitiva que também atenta contra a “Administração Militar” (Capítulo II do Título VII do Código Penal Militar). Precedente: HC 104.787, da minha relatoria.

4. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em **indeferir** o pedido de **habeas corpus**, o que fazem **nos termos** do voto do Relator e por unanimidade de votos, em sessão presidida pelo Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas.

Brasília, 07 de dezembro de 2010.

AYRES BRITTO

-

RELATOR

07/12/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 104.820 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. AYRES BRITTO
PACTE.(S)	: RAFAEL DE JESUS GREGÓRIO
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITO (RELATOR)

Cuida-se de *habeas corpus*, aparelhado com pedido de medida liminar, impetrado contra acórdão proferido pelo Superior Tribunal Militar, que rechaçou o pleito de incidência do postulado da insignificância penal.

2. Pois bem, a Defensoria Pública da União, impetrante, renova a tese da ausência de ofensividade na conduta protagonizada pelo paciente. O que faz sob o fundamento de que “a res furtiva foi avaliada em menos de R\$ 200,00 (duzentos reais), ou seja, valor que não justifica a intervenção estatal, tendo em vista sua pequena relevância lesiva, que pelo leve impacto social, caracteriza a atipicidade da conduta do paciente” (fls. 04). Donde o pedido de concessão da ordem para “anular a condenação e absolver o Paciente nos termos das razões aqui expendidas” (fls. 08).

3. Prossigo neste relato da causa para anotar que indeferi a cautelar requestada e abri vista dos autos à Procuradoria-Geral da República. Órgão que opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

07/12/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 104.820 SÃO PAULO**VOTO****O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR)**

Feito o relatório, passo ao voto. De saída, reproduzo trecho da denúncia ajuizada contra o paciente (fls. 09/10):

“[...]

Na noite de 29 de março de 2007, no posto da Polícia Rodoviária Federal localizado em Itatiaia/RJ, integrantes da Força Nacional de Segurança realizaram uma revista no interior do ônibus da viação Sampaio, ocasião em que prenderam em flagrante o ora denunciado, em razão de estar transportando, **no interior de sua bolsa, 100 (cem) cartuchos de munição para fuzil, calibre 7,62 x 51 mm.**

Segundo restou apurado, o denunciado, valendo-se da condição de sargento de munição e tiro do Batalhão, subtraiu a referida munição das dependências da OM em que servia, vindo a ser preso durante viagem para sua residência, localizada na cidade de Barra Mansa/RJ, pelo delito de porte ilegal de munição, previsto no artigo 16 da Lei 10.826/03.

Consta dos autos de IPM que o denunciado, no dia seguinte a um exercício de tiro realizado na Unidade no dia 26 de março de 2007, transportou a munição não utilizada no treinamento para o interior do alojamento dos sargentos, ao invés de providenciar o depósito da munição excedente nas dependências da guarda do quartel.

Na tarde de 29 de março de 2007, o denunciado subtraiu 100 cartuchos de munição para fuzil que havia deixado no citado alojamento, colocando-os em sua bolsa. A citada munição foi apreendida durante a viagem do denunciado para sua residência, conforme relatado no boletim de ocorrência policial e auto de apreensão, lavrados pela polícia civil (fls. 10/13).

Afora os 100 (cem) cartuchos de munição para fuzil,

HC 104.820 / SP

apreendidos em poder do denunciado no trajeto para sua residência, foram encontrados no interior do armário do sargento Gregório uma caixa de chumbinhos e oito cartuchos de calibre 9mm, munições subtraídas pelo denunciado após o término de exercícios de tiro realizados anteriormente na OM (fls. 42/44).

Conforme descrito no auto de fls. 144, os cem cartuchos de fuzil subtraídos pelo denunciado foram avaliados em R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais). As demais munições encontradas no armário do militar foram avaliadas em R\$ 15,08 (quinze reais e oito centavos).

Com as condutas acima descritas, o denunciado, agindo de forma livre e consciente e valendo-se da facilidade decorrente da função de sargento de tiro e munição do 2º Batalhão de Aviação do Exército, ao subtrair as mencionadas munições de propriedade do Exército, incorreu, por duas vezes, em continuidade delitiva, no crime consumado de peculato-furto.

[...]"

(Sem destaques no original.)

6. Daqui se segue o desafio deste nosso colegiado que é saber se a conduta do paciente constitui, ou não, algo penalmente irrelevante; qual seja, subtração de diversos cartuchos de munição do 2º Batalhão de Aviação do Exército brasileiro. Noutros termos, é preciso saber se o quadro factual da causa autoriza, ou não, a aplicação do princípio da insignificância penal.

7. Muito bem. Para que se dê a incidência da norma penal, não basta a simples adequação formal do fato empírico ao tipo legal. É preciso que a conduta delituosa se contraponha, em substância, ao tipo penal em causa, sob pena de se provocar a desnecessária mobilização de u'a máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário consiste. Poder que não é de ser acionado para, afinal, não ter o que substancialmente tutelar. Numa visão humanitária do Direito Penal, então, é de se prestigiar esse princípio da

HC 104.820 / SP

tolerância, que, se bem aplicado, não chega a estimular a idéia de impunidade.

8. Em palavras outras, ao tempo que se verificam patentes a necessidade e a utilidade do princípio da insignificância, é imprescindível que a aplicação se dê de maneira criteriosa, sempre tendo em conta a realidade brasileira, para evitar que a atuação estatal vá além dos limites do razoável na proteção do interesse público.

9. No caso, a controvérsia se restringe a saber se o ato de se apoderar de 100 cartuchos de munição para fuzil, calibre 7,62 x 51 mm; uma caixa de “chumbinhos” e, ainda, 8 cartuchos de munição calibre 9 mm, avaliados em R\$ 193,05 (cento e noventa e três reais e cinco centavos), no âmbito da administração militar, é de ser considerado como infração de bagatela, a ponto de excluir a tipicidade da conduta do agente e, via de consequência, o *ius puniendi* estatal.

10. Entendo que não. Isso porque a lesividade da conduta protagonizada pelo paciente não é de ser aferida, tão-somente, pelo valor econômico da *res furtiva*; até mesmo em consideração à própria qualidade da relação jurídica entre o militar acusado e a instituição castrense da qual fazia parte por ocasião da atividade delituosa. Como bem explicitado no parecer da Procuradoria-Geral da República, “*embora o valor da ‘res’ seja pequeno para a Administração Militar, não há como aceitar a mínima ofensividade da conduta, eis que o réu feriu atributos de confiança nele depositados pela função e pela antiguidade na tropa e, por conseguinte, não há como considerar reduzido o grau de reprovabilidade da sua conduta. Também é evidente a periculosidade social da ação, pois tais munições, fora do controle da Administração Militar, podem ser utilizadas de forma errônea, criminosa. Em resumo, o furto ou desvio de munições transcende o valor patrimonial da ‘res’, pela potencialidade dos danos que possa vir a causar*” (fls. 60).

11. É dizer: na concreta situação dos autos, o que se tem é conduta imbricada com bens jurídicos situados na esfera da hierarquia e da disciplina militar e da segurança da coletividade. Quero dizer: ainda que o valor das munições seja de pequena monta, obsta a pretensão da impetrante o fato de que o delito em causa (peculato-furto) não se

HC 104.820 / SP

constitui, apenas, em lesão de cunho patrimonial. É modalidade criminosa que também atenta contra a “*Administração Militar*” (Capítulo II do Título VII do Código Penal Militar), o que faz a conduta do paciente ultrapassar os domínios da singela patrimonialidade pública. Nessa mesma linha de orientação, cito o HC 104.787, da minha relatoria (Segunda Turma).

12. Por tudo quanto posto, acolho o parecer ministerial público e denego a ordem.

13. É como voto.

07/12/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 104.820 SÃO PAULOV O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente): Em atenção ao princípio da colegialidade e com ressalva de minha posição pessoal, acompanho o eminente Relator.

É o meu voto.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized initial 'C' followed by a long horizontal stroke with a small upward curve at the end.

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 104.820**

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. AYRES BRITTO

PACTE.(S) : RAFAEL DE JESUS GREGÓRIO

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Decisão: A Turma, por votação unânime, **indeferiu** o pedido de **habeas corpus, nos termos** do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 07.12.2010.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ayres Britto e Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador